



CÔ AVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº

EDIÇÃO DA

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA



ACTAS DO I CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA
DE TRÁS-OS-MONTES, ALTO-DOURO E BEIRA ALTA
(ANO DE 2004)

ISBN 972-8763-15-8



9 789728 763152

PUBLICAÇÃO ANUAL A CÁRREGO DO GOVERNO
CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE TRÁS-OS-MONTES

CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 7 · ANO DE 2005

TRABALHO COORDENADO POR

ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

(Este número da Còavisão publica exclusivamente as Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, organizado entre 29 de Abril e 2 de Maio de 2004, áreas dos Concelhos de Meda e Vila Nova de Foz Còa)



Foto da capa:

Rio Douro – Lugar do Torrão

Composição e impressão:

Còa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. — V. N. de Foz Còa
Depósito legal n.º 121116/98
ISBN 972-8763-15-8

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÒA
2005

Índice

Prefácio.....	5
Introdução.....	7
“Povoações Romanas da Beira Transmontana e Alto Douro” <i>Jorge de Alarcão</i>	9
“Existe uma ocupação Proto-Histórica em Trás-os-Montes antes da ocupação Romana? Alguma notas sobre esta questão” <i>Dulcineia Cândida Bernardo Pinto</i>	19
“Arte Rupestre e Ocupação Humana no Vale do Côa – balanço da investigação no Parque Arqueológico do Vale do Côa” <i>Luís Luís</i>	31
“Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): Balanço de seis anos de trabalho neste recinto monumental pré-histórico” <i>Vitor Oliveira Jorge...e outros</i>	61
O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) – reflexões sobre fases e contextos” <i>Susana Oliveira Jorge... e outros</i>	69
“Tipologias de aparelho construtivo do Sabugal Velho” <i>Marcos Osório</i>	81
“O troço desactivado da linha do Douro (Pocinho – La Fuente de San Esteban): um caso de Património Arqueológico Ferroviário a defender” <i>Carlos Abreu</i>	101
“O Esteio gravado do Cabeço do Bique (Perafite, Vila Verde, Alijó)” <i>Francisco Monteiro Faure e Eliana Miranda de Sousa</i>	133
“O Pentagrama de Ribeira de Piscos (Vila Nova de Foz Côa) e seus paralelos no contexto da arte rupestre filiforme pós-paleolítica da Península Ibérica” <i>Fernando Augusto Coimbra</i>	145
“Programa de Conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa – Primeiros resultados da estação sismológica e da estação meteorológica em funcionamento no PAVC” <i>António Pedro Batarda Fernandes</i>	159
“Antiquários e Arqueólogos” <i>António Alberto Rodrigues Trábulo</i>	167
“A Pré-História Recente no Douro Sul. Um ensaio de Arqueologia Espacial” <i>António José Fernandes Heitor e Carla Isabel Dias Franco</i>	173
“A estátua-menir de Longroiva e a sua importância para a cronologia da Idade do Bronze na região do Côa e territórios confinantes <i>Adriano Vasco Rodrigues</i>	179
“As fíbulas do Bronze Final e Idade do Ferro de Portugal Interior (Norte e Centro): problemática sobre produção local e de longa distância” <i>Salette da Ponte</i>	185
“Pré-História Recente na região da Guarda – alguns subsídios” <i>Manuel Sabino G. Perestrelo e Marcos Osório</i>	207

"Canedotes (Vila Nova de Paiva – Viseu): uma aproximação à ocupação do povoado"	233
<i>Alexandre Canha</i>	
"O Castelo de Torre de Moncorvo: resultados da intervenção de 2001"	251
<i>António Chéney e Pedro Sobral de Carvalho</i>	
"A Numária de Ervamoira e a do Baixo Côa"	275
<i>J. A. Gonçalves Guimarães e Susana Guimarães</i>	

Antiquários e Arqueólogos

ANTÓNIO ALBERTO RODRIGUES TRABULO

ANTIQUÁRIOS E ARQUEÓLOGOS

No actual concelho de Vila Nova de Foz Côa, o interesse pelas antiguidades, no sentido lato do termo, poderemos dividi-lo em dois períodos. O primeiro, que em termos cronológicos perdurou até aos inícios dos anos 80 do século XX; e o segundo a partir daquela data, em que a publicação da carta arqueológica do concelho foi um dos seus momentos mais significativos, ao atestar um prodigioso progresso da actividade arqueológica na região. Com efeito, foi cerca de 1980 que se deu o arranque da actividade arqueológica nesta área graças ao empenho de Sá Coixão, e de muitos outros arqueólogos que progressivamente têm vindo a ser seduzidos por esta zona. A Carta Arqueológica, que vai já na segunda edição, surpreende pelo número de sítios inventariados; no entanto, tendo em atenção a riqueza arqueológica desta território, adivinha-se estar longe de ser um trabalho definitivo.

O percurso iniciado por Sá Coixão nasceu de uma busca de identidade colectiva que os surtos migratórios, as guerras ultramarinas, as evoluções tecnológicas e as próprias mutações políticas das últimas décadas, tornavam cada vez mais indecifrável. Por isso, e de alguma forma à semelhança do que já tinha acontecido em França nos anos sessenta, onde uma acentuada destruição do que ainda restava da civilização tradicional fazia despertar uma nostalgia pelo mundo em desaparecimento, também em Vila Nova de Foz Côa surgiu um movimento que procurou ser o guardião dos valores locais ameaçados. O próprio trabalho arqueológico reflectirá a partir de então esses valores, uma vez que não se trata já de uma arqueologia que se ocupa apenas do monumental, mas de uma arqueologia que visa a “cultura popular”. Por isso mesmo, as primeiras investigações, para além de agregarem a si a cumplicidade das populações, curiosamente dos mais jovens e dos mais velhos, fizeram-se no domínio do romano rural, tradicionalmente mais desinteressante, mas que a persistência tem vindo a demonstrar o contrário.

Característico desta fase da actividade arqueológica é uma certa diluição do indivíduo que dá cada vez mais lugar a um protagonismo mais plural. O arqueólogo reconhece os seus limites e, melhor ainda, reconhece as vantagens em partilhar com outros especialistas afins os sítios e os restos arqueológicos recolhidos. Por exemplo, as escavações do Prazo (Freixo de Numão) arrancaram com Sá Coixão que quase de imediato teve a orientação do Prof. Armando Coelho; posteriormente, na sequência do aparecimento de materiais pré-históricos, o Prof. Sérgio Rodrigues abriu uma nova frente de pesquisa. No mesmo sítio, a presença de um templo paleocristão tem tido a intervenção não só de medievalistas, mas também de antropólogos para o estudo dos restos osteológicos ali encontrados. De forma semelhante tem acontecido o mesmo com o Castelo Velho, onde as pesquisas dirigidas pela Prof. Susana Jorge têm vindo a ser complementadas por outros especialistas: Miguel Telles Antunes e Armando Santinho Cunha (restos humanos), Isabel Figueiral (vegetais carbonizados), Arq. Alves Costa (musealização do sítio). Se a isso acrescentarmos cerca de uma dezena de trabalhos académicos que se ocupam do mesmo sítio, torna-se ainda mais óbvia a presença de um trabalho plural. Curiosamente, alguns dos mais importantes nomes da Arqueologia fozcoense actual - António Martinho Baptista, Francisco de Sande Lemos, Susana Oliveira Jorge e Vítor Oliveira Jorge - assumem nos inícios dos anos setenta uma prática, senão inédita pelo menos pouco comum, de assinarem artigos que são subscritos por um conjunto alargado de arqueólogos, além de se envolverem no “combate pela Arqueologia” de um modo pouco habitual¹.

¹ Ver por exemplo, *O Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (V.ª V.ª de Rodão - Nisa): Primeiras hipóteses e programa de trabalhos*, um artigo publicado n' O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS, série III, vol. VI, Lisboa, 1972, pp. 63-75, que é assinado por Eduardo da Cunha Serrão, Francisco de Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Maria de Los Angeles Querol, Susana de Oliveira Jorge e Vítor de Oliveira Jorge; ou a comunicação presente ao III Congresso Nacional de Arqueologia, *O Complexo de Arte Rupestre do Tejo - Processo de levantamento*, que foi apresentada António Martinho Baptista, Mário Varela Gomes, Francisco de Sande Lemos, Tereza Marques, Manuela Martins, Jorge Pinho Monteiro, Luís Filipe Raposo, Vítor Manuel Serrão, António Carlos da Silva, Maria de Los Angeles Querol e Eduardo da Cunha Serrão.

Anteriormente aos anos oitenta, dificilmente poderíamos falar de uma actividade arqueológica que abarcasse a prospecção, a escavação e o estudo dos sítios, com a complexidade que esse labor hoje exige. Tal não significava um alheamento total pelas coisas do passado, mas sim que os poucos que o fizeram tinham com ele uma relação diferente.

Todos esses que de alguma forma se interessaram pelo estudo das antiguidades locais até àquela data, designamo-los aqui por antiquários. Foram eles coleccionadores de antiguidades, historiógrafos, memorialistas ou mesmo ainda arqueólogos dominados por um espírito antiquário. Esta fase iniciada no Renascimento, desenvolveu-se depois da criação da Academia Real da História, em 1720, e perdurou aqui até depois da 1.ª metade do século XX. Caracterizou-a uma busca interessada de objectos, quer com um fim museológico, para coleccionismo, quer ainda pelo valor intrínseco das peças.

Os antiquários eram, fundamentalmente, homens do Renascimento e admiradores da Antiguidade Clássica e dos monumentos locais; e da mesma maneira que coleccionavam peças eram donos de um saber privado que os individualizava. Desse grupo poderemos enunciar alguns nomes:

1. FREI BERNARDO DE BRITO (1569-1617)

Se relativamente aos aspectos históricos a sua obra tem levantado muitas reservas, o mesmo não se poderá aplicar às referências que faz aos restos arqueológicos da região. Nascido em Almeida, Frei Bernardo de Brito deve ter viajado com algum vagar pelos concelhos limítrofes, tendo mesmo anotado as suas impressões na *Monarquia Lusitana* onde escreveu sobre Almofala e muito provavelmente, também sobre as ruínas do Prazo ou outras das imediações. Estas últimas, na época estariam ainda muito visíveis, levando-o a localizar aí a antiga cidade de Numância. As semelhanças entre o nome de uma e outra, e o seu interesse em abrilhantar o passado nacional devem ter sido suficientes para declarar o seguinte:

“A cidade de Numância foi junto ao sítio, em que agora vemos a vila de Freixo de Namão, em que ficaram as relíquias da sua grandeza junto com as do seu nome, e sendo destruída a sua memória, passaram os godos a cadeira episcopal a Çamora, junto com o nome de Numância.”²

A ideia de que Numância estaria localizada na região numantina, seduziu outros autores posteriores como foi o caso de Pinho Leal³, e D. Joaquim de Azevedo⁴ que tentou refutar Fr. Henrique Florez quanto à localização de Numância nos arredores de Sória. Gonçalves da Costa⁵ que mais recentemente fez o balanço da questão nega a existência de qualquer apoio histórico capaz de sustentar as pretensões daqueles eruditos. No entanto, sobre esta questão permanece ainda algum mistério que resulta da hipótese de ter havido duas Numâncias, uma nos arredores de Sória e a outra em Zamora, sobretudo se nesta última teria havido de facto uma cadeira episcopal com esse nome.

2. P.º FRANCISCO DA CRUZ (1629-1706)

Este eclesiástico figura também entre aqueles que alimentaram o mito de que Freixo de Numão teria sido a antiga Numância. Membro da Companhia de Jesus, foi chamado a Roma como revedor dos livros da Companhia, onde permaneceu durante 7 anos. Posteriormente, regressou a Portugal para desempenhar os cargos de mestre do príncipe D. João, filho de D. Pedro II e o de confessor real. Segundo Inocêncio, o P.º Francisco Cruz teria recolhido muitas notícias durante a sua estada em Roma que lhe forneceram material para a redacção de vários volumes manuscritos que foram em parte devorados por um incêndio, tendo os restantes sido depositados na Biblioteca da Ajuda⁶. Sabe-se que deixou manuscrita uma *Dissertação em que se prova ser a antiga Numância Freixo de Nemaõ*. O que o teria levado a escrever esta obra permanece um enigma para nós; apesar das investigações do Dr. João Albino Pinto Ferreira, continua desaparecida⁷.

² Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*, 2.º vol., Alcobaça, 1602, p. 147v.

³ *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VI, p. 179.

⁴ *História Ecclesiastica da Cidade e Bispado de Lamego*, pp. 175-176.

⁵ *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. II, Lamego, 1979, p. 219.

⁶ Agostinho Gomes Tinoco, *Dicionário dos Autores do Distrito de Leiria*, Edição da Assembleia Distrital, Leiria, 1979, p. 167-8.

⁷ J. A. Pinto Ferreira, *Freixo de Numão - Apontamentos*, Edições Marânus, Porto, 1954, p. 104-5.

3. CAPITÃO-MOR BRAZ DE SOUSA VASCONCELOS (SÉCULO XVIII)

Este numantino manteve uma importante correspondência, durante os anos de 1721 e 1722, com a Academia Real da História. Nela consta ter copiado as inscrições que existiam no castelo de Numão⁸. Para além disso terá remetido ainda algumas medalhas (moedas) “de muita curiosidade e grandeza”. Ainda que a correspondência publicada não contenha as transcrições das epígrafes, é-nos particularmente útil na medida em que confirma a existência dessas inscrições naquela localidade.

Desse epistolário temos o conhecimento das seguintes cartas publicadas n' *O Arqueólogo Português*⁹:

- Para Braz de Sousa Vasconcelos

A carta de Vossa Mercê de 11 do passado foi vista na conferência dos Senhores Censores com a mesma atenção que a primeira e sendo certo que são muito estimáveis as notícias que Vossa Mercê participa a esta Academia não é menos a que se pode alcançar nas moedas que Vossa Mercê faz menção, porém como o correio duvidou trazê-las, se procura dar providências a este e semelhantes incidentes e eu avisarei a Vossa Mercê da forma em que se poderão remeter. Guarde Deus a Vossa Mercê muitos anos. Lisboa Ocidental, em 4 de Outubro de 1721.

- Da Academia para o capitão-mor de Freixo de Numão

Um Académico a quem se comunicaram os letreiros de Freixo de Numão representou na Academia ser-lhe preciso vir uma cópia exacta não dos que já se lhe haviam participado, mas dos que existiam no Castelo de Numão e conhecendo os Senhores Censores o zelo que Vossa Mercê tem de concorrer para o fim do Instituto da Academia e a sua muita inteligência, me mandou dizer a Vossa Mercê queira encarregar-se de fazer as cópias dos referidos letreiros, pois só tomando Vossa Mercê por sua conta esta diligência se fará com acerto e exactidão.

Guarde Deus a Vossa Mercê. Lisboa Ocidental, 31 de Janeiro de 1722.

- De Braz de Sousa Vasconcelos

Exmo. Sr. - Recolhendo-me duma jornada acho a ordem de Vossa Excelência de 31 do passado para fazer copiar todos os letreiros que houver no Cartório de Numão sem que se repita a dos que já enviei a Vossa Excelência e como se oferece este portador para essa corte faço esta para segurar a Vossa Excelência que entendo que não há mais algum e que fico nesta averiguação de que darei parte a Vossa Excelência a quem envio estas medalhas que se toparam junto do mesmo castelo de Numão e quisera que Vossa Excelência me fizesse mercê de dizer-me se foram entregues outras que já remeti a Vossa Excelência que Deus guarde. Freixo de Numão, 20 de Fevereiro de 1722.

- Para Braz de Sousa Vasconcelos

Recebi a carta de Vossa Mercê de 20 do passado e pelo que toca aos letreiros não será necessário que Vossa Mercê tome o trabalho de os mandar copiar se são os mesmos que os de Freixo de Numão, de que Vossa Mercê mandou cópias do que os do Castelo de Numão que agora se pediram a Vossa Mercê ultimamente.

Fico também entregue das 3 medalhas que vieram com a carta; e quanto às que Vossa Mercê me diz que havia remetido, destas não tenho notícia alguma, nem ainda chegaram à secretaria, e só recebi uma carta de Vossa Mercê de 11 de Setembro do ano passado, em que Vossa Mercê mandava 3 medalhas as quais não quis trazer o correio, e por este motivo as deixou Vossa Mercê ficar na sua mão, como me dizia na post data da mesma carta. Guarde Deus a Vossa Mercê. Lisboa Ocidental, 3 de Março de 1722.

- De Braz de Sousa Vasconcelos

Exmo. Senhor. Neste Correio me chega a carta de Vossa Excelência com a certeza de que Vossa Excelência foi entregue das 3 medalhas que remeti em carta de 20 de Fevereiro; e dá-me pena o descaminho das primeiras que remeti a Vossa Excelência porque eram de muita curiosidade e grandeza; e como as entreguei em mão própria de um sujeito que fez jornada a esta corte hei-de fazer diligências pelo fim delas, ainda que as presumo em domínio relevante, se as alcançar, ou outra qualquer curiosidade, hei-de por tudo na presença de Vossa Excelência a quem seguro que no Castelo de Numão donde são

⁸ O conjunto das cartas conhecidas confirma a opinião do Prof. Jorge Alarcão de que possivelmente todas as inscrições enviadas pelo capitão-mor seriam de Numão, e não de Freixo de Numão ao contrário do que a correspondência remetida pela própria Academia aparentava.

⁹ O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS, vol. XXVI, 1923-1924, pp. 42, 48, 51, 129-130, 136; Idem, vol. XXIX, 1930-1931, p. 146.

os letrados, cujas cópias remeti a Vossa Excelência não há mais algum; fico aos pés de Vossa Excelência que Deus guarde. Freixo de Numão e 19 de Março de 1722.

- Para Braz de Sousa Vasconcelos

Pela carta de Vossa Mercê de 19 do corrente reconheço o bom ânimo que Vossa Mercê está em remeter à Academia Real as notícias curiosas conducentes ao seu Instituto e que farei presente aos Senhores Censores na primeira Junta que sem dúvida não de sentir que se hajam de perder as primeiras moedas que Vossa Mercê remeteu porque delas poderia facilmente resultar alguma notícia importante. Guarde Deus a Vossa Mercê. Lisboa Ocidental, 28 de Março de 1722.

4. D. JERÓNIMO CONTADOR DE ARGOTE (SÉC. XVIII)

Em contrapartida, o Contador de Argote escreveu uma *Dissertação em que se prova que a cidade de Numancia não estava onde hoje vemos Numão, nem em Zamora; e se discorre sobre a sua verdadeira situação que vem incluída nas suas Memórias para a História Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*¹⁰ onde rebateu, segundo Pinto Ferreira, “a opinião fantasista, mas muito antiga, dos que pretendiam que Numão fosse a sucessora da famosa Numância celtibérica, arrasada por Cipião em 113 a. C., pela sua trágica e gloriosa resistência ao jugo romano.”¹¹

D. Jerónimo Contador de Argote que era membro da Academia Real da História teve certamente conhecimento das cartas do Capitão-mor Braz de Sousa Vasconcelos, chegando mesmo a utilizá-las como argumento na sua *Dissertação* onde fala “das cartas que tenho de pessoa natural daquele país, consta que se chama Numão”.

5. PÁROCOS SETECENTISTAS

Os Inquéritos Paroquiais de meados de Setecentos desencadearam uma atenção especial pelos restos arqueológicos mais importantes que ainda permaneciam visíveis. De Almendra respondeu o vigário José Gonçalves da Guerra que relatava existir na eminência de um monte junto ao Douro “vestígios de uma povoação murada, que se diz ser a antiquíssima cidade de Calábria, edificada pelos Cartagineses, hoje se chama o Castelo de Calábria; e consta pelos concílios Provinciais ter também sido capital de um Bispado hoje está absolutamente deserto; e só se lhe conhece o alicerce dos muros.”¹²

O Cónego António Esteves Pereira, relativamente a Vila Nova de Foz Côa, informou também o seguinte: “Há nesta freguesia junto ao rio Douro um grande monte chamado Monte Meão (...). Na eminência deste monte estão vestígios de um grande castelo a que chamam o Castelo Velho, e nas suas ruínas se divisam nele duas portas uma para poente e outra para sul, dizem que foi dos mouros.”¹³

6. DR. JOSÉ SILVÉRIO DE CAMPOS HENRIQUES SALGADO DE ANDRADE

A este médico fozcoense atribuem-se as primeiras notícias relativas às gravuras do Côa, o que não é de surpreender dada a generalidade da sua obra, onde é evidente a presença de um espírito curioso e uma sólida formação cultural. Os seus contemporâneos reconheciam-lhe o interesse pelas antiguidades e não deixavam de compartilhar com ele alguma novidade, como aconteceu com o Abade de Foz Côa quando, nos anos 30, por alturas do restauro da Igreja Matriz, foi descoberta uma ara romana. Desse achado, o Dr. Silvério de Andrade deixou-nos a seguinte memória:

“Quando nos dispúnhamos a sair (da Igreja), o Reverendo Abade chama-nos apressadamente, para que entremos de novo. Estava escrito que a manhã se abrisse em preciosas informações! Retrocedemos e os nossos passos novamente ressoam, como em vasta catedral, através das formosas arcarias inclinadas, mas que não caem, que não cairão jamais! Na sacristia, mostra-nos uma ara romana que tinha aparecido

¹⁰ Tomo I, Livro II, Cap. XIV, *Dissertação III*, pág. 445 a 455, Lisboa, 1732. A *Dissertação* foi publicada por J. A. Pinto Ferreira, *Antiguidades de Numão*, Porto, 1953.

¹¹ J. A. Pinto Ferreira, *Freixo de Numão - Apontamentos*, Edições Marânus, Porto, 1954, p. 105-6.

¹² José Gonçalves da Guerra vigário, Encomendado, 17/4/1758, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico*, Tomo III, m. 10, fl. 89.

¹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico*, Tomo XVI, m. 138, fl. 867.

sepultada sob as velhas tábuas do altar! Tomamos aquele simpático achado e depois de muito esforço, conseguimos ler a sua inscrição votiva ao Deus Júpiter Ótimo Máximo, já semi-apagada pelo tempo.”¹⁴

Esta inscrição viria, vinte anos mais tarde, a ser estudada por D. Domingos de Pinho Brandão e Adriano Vasco Rodrigues que a encontraram já na sacristia. A cavidade que a ara apresenta na parte superior levou o mesmo epigrafista a concluir que teria servido como pia de água benta, uma adaptação aliás frequente de aras, marcos e capiteis.¹⁵ A ideia de reutilização dos mesmos espaços por religiões diferentes era também comungada pelo Dr. Silvério de Andrade que, numa nota de rodapé, expressa essa sua suposição:

“Tanto a actual Igreja Matriz como as capelas de S. Pedro, S.^a da Conceição e Santa Luzia, que eram antigas igrejas paroquiais, assentam em fraga cerrada na qual há sepulturas cavadas na rocha com os contornos do corpo humano. Esta disposição leva-nos a supor que deviam ter sido no mesmo local os primitivos templos pagãos, depois aproveitados para o culto católico.”¹⁶

7. DR. JOÃO MOUTINHO DE GOUVEIA

Este clínico numantino, sensível ao valor das antiguidades locais, acumulou uma importante colecção de achados arqueológicos, tendo sido alguns deles estudados por J. A. Pinto Ferreira¹⁷. Segundo Gonçalves da Costa, o Dr. João Gouveia só de machados de pedra polida colecionou “mais de centena e meia, enriquecendo ainda a sua colecção com um machado de ferro e outro de bronze maravilhosamente alisado, uma medalha de ouro do imperador Diocleciano e outras. No jardim de sua casa guardava algumas cabeceiras de sepulturas e estelas reproduzidas por J. A. Pinto Ferreira no seu folheto intitulado *Antiguidades de Numão*.”¹⁸

8. DR. JOÃO ALBINO PINTO FERREIRA (1910-1988)

Natural de Freixo de Numão, o Dr. Pinto Ferreira foi o principal historiador do território numantino e até aos fins dos anos setenta o maior divulgador das suas antiguidades. A sua obra marcou de uma forma dúplice a geração que nos anos oitenta se dedicou à Arqueologia, ao servir-lhe por um lado de referência e por outro ao suscitar-lhe a ruptura com a tradição. De facto, os seus trabalhos baseavam-se, sobretudo, no estudo de peças que lhe iam chegando ao conhecimento e a sua divulgação tinha um público extremamente reduzido. Outras ambições levaram os mais novos a criar um novo paradigma, onde se valorizava o trabalho de campo e se multiplicavam os interlocutores do discurso arqueológico. Isto, contudo, não invalida de qualquer forma a qualidade dos seus trabalhos que permanecem ainda hoje de consulta obrigatória para todos aqueles que se interessam pela região.

Estes são alguns dos principais nomes que se escondem na arqueologia da própria arqueologia, e que criaram alguns significados que muito provavelmente também farão parte da nossa memória futura.

¹⁴ José Silvério de Campos Henriques Salgado de Andrade, *A Quadriha dos Marçais*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1938, p. 20.

¹⁵ D. Domingos de Pinho Brandão, *Ara dedicada a Júpiter na igreja de Vila Nova de Foz Côa*, Coimbra, 1959, separata de HVMANITAS, vol. VIII da nova série (vol. XI da série contínua).

¹⁶ José Silvério de Campos Henriques Salgado de Andrade, *A Quadriha dos Marçais*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1938, p. 20.

¹⁷ J. A. Pinto Ferreira, *Medalhística Religiosa - Algumas espécies encontradas em Numão*, Comunicação apresentada ao II Colóquio Português de Arqueologia - 1962, p. 293.

¹⁸ M. Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. II, Lamego, 1979, p. 220.